



10º Simposio de Ensino de Graduação

UMA BREVE DISCUSSÃO DA RELAÇÃO ENTRE GÊNERO E EDUCAÇÃO A PARTIR DO PNPM

Autor(es)

LETICIA CAETANO STEFANELLI

Orientador(es)

MARCIA APARECIDA VIEIRA LIMA

1. Introdução

A discussão sobre gênero e educação tem recebido enfoque maior nos últimos anos, a construção da idealização de gênero na criança se dá a partir do momento em que ela nasce; desde o nome ate as roupas que usa tudo ira caminhando para o conceito de gênero construído na cultura social em que vive. Sendo assim, segundo Pinho, “É, portanto, a sociedade que estabelece os papéis, as funções, o comportamento e o perfil que identificam a mulher e o homem nos grupos sociais” (PINHO, 2000, p. 8).

Estudar o conceito de gênero e suas contribuições para a sociedade é extremamente necessário, pois, “A identificação da maneira de solucionar os problemas, ou como diminuir a distância social, econômica e política entre mulheres e homens, torna-se mais visível quando são analisados” (PINHO, 2000, pág. 10). Neste artigo tratamos da relação que a educação, seja ela formal ou informal, estabelece com a construção de gênero e como esta influencia na construção de ideais e idéias na formação do ser humano. A discussão do tema, portanto, é muito pertinente e necessária a sociedade. Cada vez mais as mulheres estão transformando o seu papel na sociedade, prova disso é que atualmente no Brasil temos como presidente uma mulher.

2. Objetivos

Neste artigo pretende-se apresentar uma breve discussão da relação entre gênero e educação, apresentado sua relevância na sociedade atual a partir do Plano Nacional de Políticas Publicas para Mulheres.

3. Desenvolvimento

Muitos são os assuntos que fazem parte do ambiente escolar. Como educadores estudamos inúmeras situações do cotidiano escolar, os principais problemas e os principais assuntos que permeiam este ambiente. Mas um assunto em especial não é discutido e está diretamente presente na escola, o gênero.

O conceito de gênero surgiu no início dos anos 80, por mulheres intelectuais como instrumento de suporte para a entrada das mulheres no domnio publico. E mais a fim de dar conta do seu papel na historia e na condição humana do fim do século XIX, que vem acrescentar e complementar a categoria classe social, para dar conta da opressão de diversas naturezas postas na historia. (MURANO e PUPPIN, 2001).

A categoria gênero começou a ser usada, primeiro para mostrar a discriminação da mulher em todos os níveis, econômicos, políticos, sociais, entre outros; depois passou-se a elaborar criticas e questionamentos sobre tal conceito (MURANO e PUPPIN, 2001).

Gênero segundo a Assessoria Internacional do Ministério do Trabalho em “Brasil, Gênero e Raça”, Brasília, 1998(PINHO, 2000), descreve gênero como um conceito referente a um conjunto de tributos negativos ou positivos que se aplicam diferentemente a

homens e mulheres... Determinam as funções, papéis e ocupações e suas relações entre homens e mulheres na sociedade e entre eles mesmos... Esses papéis são determinados pelo contexto social, cultural, político, religioso e econômico de cada organização humana, e são passados de uma geração a outra.

Podemos perceber então que ao falar de papéis reforçamos as diferenças e padrões de comportamentos estabelecidos por uma sociedade e que esta concepção pode se mostrar redutora e simplista (LOURO, 1997).

Há muitos autores que trabalham com a concepção dos papéis, uma delas é Diva Pinho, em seu livro “gênero e desenvolvimento em cooperativas: compartilhando igualdade e responsabilidades”. Ela afirma que: “As questões de gênero referem-se ao papel que mulheres e homens desempenham em um dado momento num determinado contexto socioeconômico, político e cultural. Estes são determinados por grupos sociais”.

Segundo Louro, 1997, o sentido de pertencermos a diferentes grupos sociais, étnicos, sexuais, de classe, de gênero, entre outros, constituem o sujeito e dá-se a sensação de estarmos sendo “empurrados em diferentes direções”. Ao afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito pretende-se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a ideia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo-o.

Quando falamos em gênero geralmente cometemos um equívoco muito comum, o associamos como as questões biológicas, ou seja, distinguimos o homem e a mulher por suas diferenças biológicas, mas o erro é quando justificamos o biológico para as questões sociais. Louro afirma que: a distinção biológica, ou melhor, a distinção sexual, serve para compreender – e justificar – a desigualdade social.

O problema em questão não são as características sexuais, mas como estas são representadas e valorizadas. A construção do feminino ou masculino em uma dada sociedade e em um dado momento histórico determinam o conceito de gênero desta e as atribuições e valores que serão ali exercidos sobre ambos. É preciso entender o gênero como constituinte da identidade dos sujeitos. (LOURO, 1997).

O conceito de gênero é especialmente útil como instrumento analítico (PINHO, 2000) em todos os espaços e ambientes sociais, mas principalmente na escola, onde esses conceitos são passados e determinam o comportamento das crianças no futuro.

Segundo Scott, no livro, “gênero: uma categoria útil de análise histórica”, (1995, p.72 - apud LOURO, 1997), “o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo”. O conceito serve, assim, como uma ferramenta analítica que é, ao mesmo tempo, uma ferramenta política. O conceito pretende se referir ao modo como as características sexuais são compreendidas e representadas ou, então, como são trazidas para a prática social e tornadas parte do processo histórico. O conceito passa a ser usado, então, como um forte apelo relacional.

É importante observar que as concepções de gênero mudam de acordo com a cultura e de acordo com a sociedade em que se vive, também sofre alterações portanto é um conceito que se transforma ao longo da história; o que reforça a afirmação de que o gênero é uma construção social e cultural. (LOURO, 1997). Para Pinho o conceito de gênero refere-se “ao tipo de relação social entre mulheres e homens. Ou seja, diz respeito às diferenças que são socialmente construídas e culturalmente especificadas para mulheres e para homens, em determinada época e para uma dada sociedade” (PINHO, 2000, p. 7).

4. Resultado e Discussão

Diante das questões relacionadas a construção de gênero no ambiente escolar e sua relação com a educação, em 2004 um grupo de mulheres que estavam no poder, na política do país, se reuniram em uma conferência para discutir as questões da mulher em todos os ambientes sociais. Durante a conferência, foram criando possibilidades de trabalhos e idéias de atuações das mulheres nesses campos, elencando o que seria ideal e o que seria essencial, para a igualdade da mulher na sociedade atual.

A partir dessas discussões criou-se um plano nacional de políticas públicas para mulheres (PNPM), que tem como maior objetivo “... avaliar os resultados, identificar êxitos e gargalos, produzir uma memória das experiências desenvolvidas, aprimorar a intervenção do governo na área de políticas para as mulheres...” (p. 30)

Após três anos de dedicação ao plano e implementação do mesmo em alguns espaços sociais percebe-se a necessidade de algumas manifestações e melhorias no mesmo, então se realiza um II PNPM, onde historicamente reuniu “cerca de 200 mil mulheres brasileiras em conferências municipais e estaduais realizadas em todas as Unidades da Federação do país” (p. 60). Com isso, mudaram alguns objetivos e alguns focos: “... a igualdade; o respeito à diversidade; a equidade; a autonomia das mulheres; a laicidade do Estado; a universalidade das políticas; a justiça social; a transparência dos atos públicos; a participação; e o controle social...” (p. 61).

Sendo assim, a partir deste documento as políticas que promovem a igualdade de gênero “na” e “pela” educação se inserem em um “...conjunto de medidas voltadas à formação para os direitos humanos e o enfrentamento de toda forma de discriminação...” (p. 35).

Garantir que as meninas e mulheres sejam respeitadas em seu direito à educação não é uma tarefa muito fácil e sua luta também não é recente, neste plano acreditam que há uma necessidade extrema de se combater a discriminação de gênero em todas as maneiras e espaços, tanto na forma de se enxergar a mulher, como na forma de se tratar uma mulher.

Na organização destes planos estiveram presentes várias instituições educacionais as quais foram de fundamental importância para o “... rearranjo institucional foi fundamental para dar visibilidade às questões de gênero e orientação sexual (entre outras) na pauta educacional...” (p. 73). Desde então, a política educacional teve avanços significativos em relação a esta questão.

É evidente que ainda há muito a se fazer, principalmente no que remete a igualdade de gênero na “... sensibilização de gestores/as federais; formação de profissionais da educação em âmbito nacional; promoção de uma mudança curricular que inclua o tratamento da questão de gênero de maneira transversal nos currículos de educação básica e superior; e a conseqüente elaboração de materiais didáticos e de orientação aos/as professores/as para a prática em sala de aula...”. (p. 84).

Em paralelo a essas questões houve grandes conquistas em relação ao tema, como uma ampliação “... de escala nos processos de formação de profissionais da educação sobre esses e outros temas, que acompanha a ampliação ano a ano do orçamento a eles destinado...” (p. 84). E ainda a inserção do tema em agendas de várias secretarias do ministério, e também “... políticas intersetoriais com recorte de gênero, envolvendo o Ministério da Educação, a SPM, a SEDH, o Ministério da Saúde, entre outros, também se consolidaram e se ampliaram, desde sua criação, a partir de 2004...” (p. 85).

5. Considerações Finais

Por tudo isso, “... a melhoria da qualidade da educação nacional deve ser e é uma das prioridades da política social, mas a busca por uma educação de qualidade está intrinsecamente associada à busca por equidade e à valorização da diversidade...” (p.90). O passo mais importante a ser tomado, é conquistar e garantir a igualdade de meninos e meninas, homens e mulheres, para que tenham o mesmo acesso à educação de qualidade e para que recebam tratamento igualitário das instituições e profissionais envolvidos nos processos educacionais formais. (p. 91); respeitando assim o seu direito à educação, há que ser combatida não apenas a discriminação de gênero, mas todas as outras formas de discriminação, “... que as afetam e interferem não apenas no acesso, mas também no seu desempenho escolar...”. (p.91).

E por fim, “... a política educacional tem papel fundamental a desempenhar na mudança cultural necessária para que a sociedade brasileira seja de fato igualitária...” entendo assim que ao se promover esse tipo de transformação na educação nacional, rumo a uma educação inclusiva, acredita-se que o caminho para o pleno desenvolvimento dessas conquistas alcance uma formação e uma transformação nas partes e pessoas, idealizando-se assim uma sociedade mais justa, em que os direitos humanos de todas e todos sejam de fato respeitados. (p. 95).

Porem a tarefa mais difícil e de extrema importância para a validação desse processo é conseguir minimamente transformar as percepções e sensibilidades dos/as profissionais da educação básica, o que remeter atuar para a mudança de padrões de comportamento e de valores de crianças, jovens e adultos (as). (p. 96). E é por isso que o estudo do tema é de extrema importância para o futuro da educação no Brasil.

Referências Bibliográficas

BRASILIA (Estado). Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República - I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres PNPM – Brasília, 2005. v. 1. Disponível em : http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/pnpm_compacta.pdf. Acesso em: 25 março.

BRASILIA (Estado). Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República - II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres PNPM – Brasília, 2008. v. 1. Disponível em : http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/politicaspUBLICAS/pnpm/comite-de-monitoramento-do-ii-pnpm/Livro_II_PNPM_comp_let08.10.08.pdf . Acesso em: 25 março.